

OS DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTROLE DA OBESIDADE INFANTIL NO BRASIL

FOOD SAFETY CHALLENGES CONTROLLING CHILDHOOD OBESITY IN BRAZIL

RETOS DE LA SEGURIDAD ALIMENTARIA EN EL CONTROL DE LA OBESIDAD INFANTIL EN BRASIL

Crisfabile dos Santos Moreira ¹

Elizete Pereira de Almeida ²

Mariana Dadalt de Souza ³

Grasiele Dalbão Rodrigues Modesto de Camargo ⁴

Pamela Sabrina Gonçalves de Lima ⁵

Resumo

O presente trabalho busca, através de pesquisa bibliográfica e documental, demonstrar os desafios enfrentados pela Segurança Alimentar para alcançar o controle da obesidade infantil no Brasil. Nesse sentido, apontam-se alguns fatores relevantes na perspectiva de prevenção e controle da obesidade infantil, a fim de que essas crianças se tornem adultos livres de doenças causadas pela obesidade, expressão da questão social no país.

Palavras-chave: expressão da questão social; segurança alimentar; obesidade infantil.

Abstract

Through bibliographic and documentary research, this paper aims to demonstrate the challenges faced by Food Safety to control childhood obesity in Brazil. In this sense, some relevant factors are pointed out to prevent and control childhood obesity, so that these children become health, free from obesity-related diseases adults, bearing in mind obesity is a social issue's expression in the country.

Keywords: social issue example; food safety; childhood obesity.

Resumen

El presente trabajo busca, a través de investigación bibliográfica y documental, demostrar los retos enfrentados por la Seguridad Alimentaria para lograr el control de la obesidad infantil en Brasil. En este sentido, se señalan algunos factores relevantes en la perspectiva de la prevención y control de la obesidad infantil, para que estos niños lleguen a ser adultos libres de enfermedades provocadas por la obesidad, expresión de la cuestión social en el país.

Palabras-clave: expresión de la cuestión social; seguridad alimentaria; obesidad infantil.

1 Introdução

O presente artigo desenvolve um debate acerca dos desafios no controle da obesidade infantil como expressão da questão social, que se apresenta como nova roupagem da velha

¹ Bacharel em Serviço Social (Uninter). E-mail crisfabile93@hotmail.com

² Bacharel em Serviço Social (Uninter). E-mail zetedalmeida@hotmail.com

³ Bacharel em Serviço Social (Uninter). E-mail dadaltmariana@gmail.com

⁴ Bacharel em Serviço Social (UNIBRASIL). Especialista em Questão Social pela perspectiva interdisciplinar (UFPR). Mestra em Educação (UFPR). E-mail grasi.dalbao@gmail.com

⁵ pamela.sabrina.1@hotmail.com

questão social da fome, anteriormente produto da escassez de alimentos e, na atualidade, da desigualdade social, consequência das disparidades do antagonismo de classes no sistema capitalista.

Esse tema sensibiliza o estudante de Serviço Social frente à importância da segurança alimentar no cotidiano, visando a qualidade de vida da criança e adolescente.

A pesquisa parte da questão “Quais são os desafios da segurança alimentar no controle da obesidade infantil no Brasil?”. Define-se, portanto, como objetivo geral, refletir sobre a importância da segurança alimentar no sistema capitalista; como específicos, estudar o aumento da incidência da obesidade infantil no Brasil, analisar a influência das indústrias alimentícias e da publicidade na obesidade infantil, contextualizar a importância da segurança alimentar no cotidiano da criança e adolescente.

Partindo da realidade do sistema capitalista, onde se criam pseudonecessidades que geram consumo exacerbado, estudamos a influência negativa da publicidade e das indústrias que produzem alimentos instantâneos e práticos — o dia a dia exige rapidez e praticidade —, na saúde alimentar e no aumento da necessidade de segurança alimentar. Observamos a obesidade como uma expressão da questão social cada vez mais evidente em nossa sociedade, pois causa transtornos e complicações na saúde de nossas crianças e adolescentes. Com ela desenvolvem-se riscos à saúde integral, à saúde mental e pressões sociais como o bullying, entre outros.

A metodologia aplicada foi revisão bibliográfica e documental. De acordo com Gil (1989, p. 71), a pesquisa bibliográfica difere da pesquisa documental pois, na primeira, utilizam-se livros e artigos científicos; a segunda dispõe de materiais que podem ser revistos. Sendo assim, a fundamentação teórica foi desenvolvida com base em livros, revistas, artigos científicos impressos e publicados na internet.

2 História da fome

Para iniciar a reflexão sobre a questão social, a orientação adotada nesse trabalho é a visão de Iamamoto (2001). Segundo a autora, a questão social fala sobre o conjunto das expressões de desigualdade, que surge das disparidades entre duas classes antagônicas, onde a classe trabalhadora vende a sua força de trabalho produzindo bens e riquezas que serão acumulados e apossados pela classe dominante. Mesmo sendo a igualdade um direito garantido a todos os cidadãos, nem todos têm acesso a ela devido à acumulação de bens, característica da sociedade capitalista, que não está em consonância com a igualdade. A desigualdade, no

entanto, fomenta rebeldia, pois os sujeitos que a experimentam no cotidiano a ela resistem, se opõem. Yamamoto (2008) enfatiza que a questão social envolve a sociedade capitalista e circunda uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades produzidas e reproduzidas socialmente.

De acordo com Netto e Braz (2012), a humanidade surgiu há cerca de quarenta mil anos, os homens viviam em um regime social que pode ser chamado de comunidade primitiva, onde muitos eram condenados à fome e à morte, pois os alimentos mal bastavam para a sobrevivência. Viviam da coleta de vegetais, pesca e, esporadicamente, da caça; todo alimento era repartido de forma igualitária. Já no período feudal, a produção era a base de cultivos e pecuária, a qual estava comprometida pelo esgotamento do solo, pois não havia recursos técnicos para a sua recuperação.

De acordo com Arribi (2018), através da exploração da força de trabalho, as transacionais, principais atores na produção de mercadoria e acumulação de capital no sistema capitalista mundial, têm aumentado a desigualdade, pobreza, desemprego, precariedade, exclusão, destruição da natureza, fome e morte.

Afirma Jorge Moas Arribi (2018, n. p.): “Por conseguinte, o capitalismo é um sistema criminoso para a maior parte da população mundial”. O objetivo do capital é lucrar mais por meio de maior produção, sem se importar com o direito das pessoas ou o meio ambiente. No contexto do capitalismo mercantilista mundial, essa é uma época de grande produção de riqueza, mas, em contraste, nunca se viu tanta pobreza e desigualdade; centenas de milhares de pessoas passam fome (ARRIBI, 2018).

Santos e Scherer (2012) consideram que a fome é muito grave na sociedade brasileira desde tempos antigos. A privação de alimentos decorre de uma renda familiar insuficiente; a restrição de acesso a alimentos não se deve a uma reduzida oferta de produtos alimentícios, mas a uma desigual distribuição de renda.

A fome como problema social é uma das manifestações mais nefastas da humanidade. Enquanto uma nação não é capaz de dar acesso a alimentos em quantidade suficiente e qualidade à sua população, não pode ser considerada civilizada, pois se trata da necessidade mais básica e elementar do ser humano. Por isso, prover uma alimentação de forma mais digna ao seu povo deve ser visto como o primeiro dos objetivos de uma nação (FOME ZERO, 2003, p. 16 apud SANTOS; SCHERER, 2012, p. 100).

É dever do Estado garantir os direitos básicos dos cidadãos — respeitando-os e protegendo-os —, tornando acessível à comunidade uma alimentação digna, para que possa usufruir de uma vida saudável, ativa, participativa e com qualidade (SANTOS; SCHERER, 2012).

3 As causas da obesidade infantil no Brasil

Para Souza, Loureiro e Carmo (2008, p. 6), “a obesidade pode ser definida simplesmente como uma doença na qual o excesso de gordura corporal se acumula de tal forma que a saúde pode ser adversamente afectada”. Para os autores, existem certas dificuldades para a identificação da obesidade em crianças e adolescentes por estarem na fase de crescimento, ou seja, em constante mudança corporal. Quando se trata de esses indivíduos, o Índice de Massa Corporal (IMC) não determina resultados concretos, pois os resultados se calculam pela altura e peso. Permite, no entanto, apontar a possibilidade de se desenvolver a obesidade, através de indícios que estabelecem uma relação com a porcentagem de massa gorda, pressão sanguínea, concentrações séricas de lipídio e insulina. Também se leva em consideração o critério estabelecido pela *Internacional Obesity Task Force* (IOTF)⁶, estabelecido através da idade e gênero. “Os principais fatores que predisõem uma criança à obesidade são a obesidade parental associada a fatores genéticos, ambientais e metabólicos” (SOUZA; LOUREIRO, CARMO, 2008, p. 10).

No Brasil, somente a partir da década de 70, é que se verificou um crescimento expressivo na industrialização, na produção agropecuária de bens não duráveis, que passaram a ser mais acessíveis às camadas menos favorecidas da população. Essa melhoria econômica foi acompanhada por modificações socio-demográficas que culminaram em mudanças significativas no padrão e no estilo de vida do brasileiro. [...] Subjacente a essas mudanças, o perfil alimentar e nutricional do brasileiro também apresentou profundas modificações (ROCHA, 2013, p. 16).

A obesidade pode surgir de diversos fatores, mas a má alimentação e a falta de exercício são as principais causas dessa doença. A falta de disciplina e controle dos pais pode levar a um mal hábito alimentar, desequilibrado, que faz com que as crianças aprendam a usar a alimentação como válvula de escape para suas angústias, medos e frustrações. Esses seres em desenvolvimento têm como forma de aprendizagem a observação dos comportamentos da família; também o meio social e a mídia podem influenciar no desenvolvimento de hábitos.

A obesidade ocasiona problemas psicossociais, que se apresentam como angústia, culpa, depressão, baixa autoestima, vergonha, timidez, ansiedade, isolamento e fracasso, entre outros, pois as pessoas são afetadas pelo meio social em que se encontram. Devido a esses problemas, isolam-se, buscam entretenimento na televisão e computadores, que disparam propagandas alimentícias, estimulando a alimentação inadequada e o sedentarismo (ROCHA, 2013).

⁶ Força Tarefa Internacional de Obesidade, comitê da Associação Internacional para o Estudo da Obesidade.

Ressalta Golke (2016) que a obesidade está aumentando e pode causar consequências para a geração futura. Crianças e adolescentes obesos têm mais probabilidade de continuar com sobrepeso na vida adulta, o que pode acarretar múltiplas doenças e acaba exigindo uma ação do serviço público. A atenção sobre uma vida saudável deve começar na gestação, pois a alimentação da mãe afeta o desenvolvimento do bebê; durante o crescimento é importante colocar em prática hábitos saudáveis. Os pais devem ficar alertas, observar e buscar o tratamento adequado quando a criança já está em processo de desenvolvimento da obesidade. Na escola esses hábitos saudáveis devem ser estimulados e deve haver conscientização sobre a doença.

As políticas de prevenção devem ajudar às crianças a entender como evitar doenças presentes e futuras relacionadas com a nutrição, por meio do desenvolvimento de sua própria independência e de sua capacidade para tomar decisões acertadas e de fazer escolhas corretas (VITOLLO, 2008; PAIVA, 2010 apud GOLKE, 2016, p. 22).

A prevenção e a sensibilização em casa e na escola é de suma importância para que crianças adquiram hábitos saudáveis.

4 A influência da indústria alimentícia e da publicidade na obesidade infantil

Como estudantes e profissionais da área do serviço social, temos que estar conscientes de que a obesidade infantil não pode ser analisada somente no âmbito clínico — como abordado acima —, mas é resultado da influência das indústrias alimentícias e da publicidade, voltadas para o público infantil. Segundo Cazzaroli (2011), a publicidade se desenvolve após a Revolução Industrial e, paulatinamente, foi surgindo a publicidade em massa, que teve o seu ápice no século XX, com o aumento do mercado produtor e consumidor em todo o mundo. A expansão do mercado de consumo é reflexo de um progresso no mercado publicitário que, na contemporaneidade, influencia fortemente o cotidiano das pessoas, iludidas por pseudonecessidades.

As crianças e os adolescentes, por estarem em desenvolvimento intelectual, são mais susceptíveis ao poder de persuasão da publicidade voltada ao público infanto-juvenil. Nesse contexto, o Ministério da Saúde certifica que:

Mais de dois terços dos comerciais sobre alimentos veiculados na televisão se referem a produtos comercializados nas redes de fast-food, salgadinhos ‘de pacote’, biscoitos, bolos, cereais matinais, balas e outras guloseimas, refrigerantes, sucos adoçados e refrescos em pó, todos esses ultraprocessados. A maioria desses anúncios é dirigida diretamente a crianças e adolescentes. O estímulo ao consumo diário e em grande quantidade desses produtos é nos anúncios (BRASIL, 2014b, p. 118).

A publicidade destinada a crianças e adolescentes utiliza personagens, heróis, pessoas famosas, músicas, brinquedos, além dos ambientes que são frequentados por elas, como escolas, restaurantes e parques. Não deixam de influenciá-los, também, por meio da televisão e internet (BRASIL, 2014b).

Barros (2015) salienta que houve uma alteração nos hábitos alimentares da população brasileira, tornando-se constante a substituição da comida caseira por lanches rápidos e por produtos processados ou ultraprocessados. Essa prática influencia no crescimento das indústrias e empresas de produtos alimentícios industrializados.

Além de a publicidade ser um desafio para a segurança alimentar, existem outros fatores que agravam o desenvolvimento de uma alimentação saudável como: carência de informações corretas sobre alimentação, problemas referentes à oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados, o alto custo de legumes, verduras e frutas, a diminuição da transmissão da prática culinária e, sem dúvida, a falta de tempo das pessoas e a exposição cotidiana da população à alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014b).

5 A importância da segurança alimentar no cotidiano da criança e do adolescente

Moschei (PARANÁ, 2013) indica que é notório o crescimento da obesidade infanto-juvenil mundial, fenômeno que ocorre tanto em países em desenvolvimento como nos desenvolvidos; essa conjuntura repercute na saúde, na educação e nos demais aspectos da vida da criança e do adolescente. Atualmente a má alimentação e a obesidade se colocam como problemas ainda maiores do que a subnutrição, que anteriormente tinha um grau de ocorrência maior na saúde da humanidade. Alimentar-se corretamente é de suma importância para uma vida saudável e para a diminuição das comorbidades entre crianças e adolescentes. Uma alimentação correta possibilita a prevenção de doenças como obesidade, diabetes, colesterol, hipertensão e demais distúrbios que podem estar relacionados com a má alimentação. Ter um hábito alimentar correto é essencial para a saúde dos adolescentes; o alimento deve estar adequado quanto à qualidade e também em relação à quantidade necessária para suprir as necessidades de cada criança ou adolescente, de maneira que uma educação alimentar é necessária. Nesse contexto, compreende-se que é preciso conhecimento sobre o valor da nutrição correta, para uma melhora significativa na saúde desses sujeitos. O hábito de consumir diariamente frutas, verduras e legumes é essencial para a saúde de crianças, adolescentes e seus familiares.

Moshei (PARANÁ, 2013) ainda complementa que crianças e adolescentes com obesidade têm mais dificuldades de inserção na sociedade. Podem ser vítimas de “chacotas”, o que dificulta a aceitação do seu próprio corpo, gerando baixa autoestima. A escola pode se constituir como espaço importante para a discussão de assuntos pertinentes à qualidade de vida de crianças e adolescentes; é fundamental para melhores condições de saúde e nutrição dos alunos e para a sensibilização de crianças e adolescentes sobre a importância de alimentar-se de forma balanceada e adequada, incentivando o consumo de alimentos saudáveis e o fortalecimento da segurança alimentar.

Alicerçado na necessidade da qualidade e quantidade de alimentos adequados para a alimentação de crianças e adolescentes, surgiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que objetiva cooperar com o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial e o rendimento escolar, por meio de práticas alimentares saudáveis e ações de educação alimentar, ofertando refeições que resguardem as necessidades nutricionais no decorrer do período letivo (CONSEA, 2010).

Na esfera da saúde, de acordo com Henriques *et al.* (2018), a Organização da Atenção Nutricional, no Sistema Único de Saúde (SUS), prevê cuidados relacionados à alimentação e nutrição da população como promoção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos, que fazem parte da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Destaca-se o tratamento de sobrepeso e obesidade, com ações que avançam no conhecimento do cenário epidemiológico e nutricional da população. Tal ação é relevante para a análise, monitoramento e resolução de problemas de nutrição, possibilitando o planejamento nutricional no SUS.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014a), evidencia a importância da assistência, educação e saúde na atenção das crianças antes mesmo de seu nascimento. Uma alimentação adequada proporciona também crescimento e desenvolvimento adequados, reduzindo ocorrências de distúrbios neurológicos, comportamentais, dificuldade no aprendizado e outras doenças que possam surgir consecutivamente. Construir hábitos alimentares saudáveis no cotidiano da criança, nas fases iniciais de sua vida, constitui importante marco para uma vida saudável.

O direito da humanidade a uma alimentação adequada é essencial para a sobrevivência. No que tange ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA):

[...] é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do

medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (LEÃO, 2013, p. 27).

No Brasil, esse direito fundamental tem base legal na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que, no seu art. 6º, prevê a alimentação como direito fundamental, e na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (BRASIL, 2006), que define, em seu art. 2º, § 2º, que o poder público tem como obrigação a garantia de mecanismos de exigibilidade desse direito humano fundamental. O Estado tem o dever tanto de proteger como de promover o DHAA. Essa obrigatoriedade está prevista em várias leis vigentes, incluindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

Concluindo, Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil, explana na cartilha, também do UNICEF — *Alimentação na primeira infância: conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do programa bolsa família* — que a alimentação saudável e nutritiva auxilia no desenvolvimento pleno de cada criança. “Garantir o direito à alimentação adequada e saudável a nossos meninos e meninas é uma tarefa urgente — e todas e todos devem participar desses esforços” (BAUER, 2021, p. 5).

6 Considerações finais

Considera-se que a pesquisa é essencial para o enriquecimento do repertório intelectual dos estudantes e profissionais de Serviço Social, sendo de suma importância para a construção da pesquisa o levantamento bibliográfico e documental. A partir do levantamento realizado, foi possível analisar os desafios no controle da obesidade infantil no Brasil.

Existem certas dificuldades para a identificação da obesidade em crianças e adolescentes devido às constantes mudanças, próprias desta fase de crescimento. Outra dificuldade é a influência das indústrias alimentícias pois, além de a publicidade ser um desafio para a segurança alimentar, existem outros fatores que agravam o desenvolvimento de uma alimentação saudável. Por exemplo: carência de informações corretas sobre alimentação; o custo de legumes, verduras e frutas; a diminuição da transmissão da prática culinária, e sem dúvida, a falta de tempo das pessoas e a exposição cotidiana da população a alimentos ultraprocessados. Com isso, percebe-se a importância de projetos e campanhas de prevenção e conscientização junto à comunidade.

Estudar essa temática é indispensável para melhor compreensão da fome como expressão da questão social, que se apresenta na contemporaneidade com uma nova roupagem: a obesidade infantil. Neste estudo, considerou-se o reflexo do contexto histórico na conjuntura

atual, pois a economia do sistema capitalista é a principal agravante da fome e obesidade infantil.

Acredita-se que foi atingido o objetivo da pesquisa e que se faz necessário que todos se sintam responsáveis pelo controle da obesidade infantil, por meio de uma política de segurança alimentar.

Referências

ARRIBI, Jorge Moas. A explicação da fome em uma sociedade capitalista globalizada. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo - RS, 9 fev. 2018. Publicado originalmente em **El Salto**, Espanha, 04 fev. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575943-a-explicacao-da-fome-em-uma-sociedade-capitalista-globalizada>. Acesso em: 09 mar. 2019.

BARROS, Milla Previtera. **A influência da publicidade de alimentos na obesidade infantil**. 2015. 41 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/7656/1/21457907.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BAUER, Florence. Alimentação adequada é direito de todas e de cada uma das crianças. *In*: LIMA, Marília Barreto Pessoa; ALCANTARA, Pedro Ivo; AMARAL, Stephanie (coord.). **Alimentação na primeira infância: conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família**. Brasília: UNICEF, 2021.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 9 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Educação alimentar e nutricional: o direito humano a alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais**. Brasília: MDSCF, 2014a. (Caderno Teórico).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: MS, 2014b. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

CAZZAROLI, Aline Raquel. Publicidade infantil: o estímulo ao consumo excessivo de alimentos. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, 1 set. 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-92/publicidade-infantil-o-estimulo-ao-consumo-excessivo-de-alimentos/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CONSEA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil. Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social-1989.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

GOLKE, Carin. **Obesidade infantil**: uma revisão de literatura. 2016. 27 f. Monografia (Especialização em Gestão e Organização Pública em Saúde) - Universidade Federal de Santa Maria, Palmeiras das Missões - RS, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3137/Golke_Carin.pdf?sequence=1. Acesso em: 7 abr. 2019.

HENRIQUES, Patrícia; O'DWYER, Gisele; DIAS, Patrícia Camacho; BARBOSA, Roseane Moreira Sampaio; BURLANDY, Luciene. Política de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4143-4152, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n12/1413-8123-csc-23-12-4143.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEÃO, Marília (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH, 2013

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: produção didático-pedagógica, 2013. Curitiba: SEED/PR, 2016. v. 2. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>. Acesso em: 30 mar. 2019. ISBN 978-85-8015-075-9.

ROCHA, Laira Moema da. **Obesidade infantil**: uma revisão bibliográfica. 2013. 49 f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Universidade Federal

de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em:
<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/6400.pdf>. Acesso em: 30 mar 2019.

SANTOS, Andreia Mendes dos; SCHERER, Patrícia Teresinha. Política alimentar brasileira: fome e obesidade, uma história de carências. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 92-105, jan./jul. 2012.

SOUZA, Joana; LOUREIRO, Isabel; CARMO, Isabel do. A obesidade infantil: um problema emergente. **Saúde & Tecnologia**, Lisboa, v. 2, p. 5-15, 2008. Disponível em:
<https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/125>. Acesso em: 30 mar. 2019.